

**N. F. Nº** - 298624.0008/18-4  
**NOTIFICADO** - MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA  
**NOTIFICANTE** - WAGNER RUI DE OLIVEIRA MASCARENHAS  
- JOSÉ MACEDO DE AGUIAR  
**ORIGEM** - IFMT METRO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 17.12.2020

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0420-06/20NF-VD

**EMENTA:** ICMS. 1. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. RECOLIMENTO A MENOS. Comprovado a correção dos cálculos do lançamento do crédito tributário. A Impugnante adotou base de cálculo sem que fosse embutido o ICMS pela alíquota exigida no estado de destino da mercadoria, o que resultou em recolhimento a menos. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

A Notificação Fiscal objeto deste relatório foi lavrada em 12.06.2018 e se refere à cobrança de ICMS no valor de R\$15.004,87, bem como aplicação de multa no percentual de 60%, pela constatação da seguinte infração:

Infração 01 – 03.02.16 – O remetente e/ou prestador localizado neste estado, inclusive o optante pelo simples nacional, recolheu a menor ICMS partilhado – devido ao estado da Bahia em função da EC n.º 87/15, em operações que destinaram mercadorias, bens ou serviços a consumidor final – não contribuinte do imposto – localizado em outra unidade da federação. O remetente localizado em outra unidade da federação recolheu a menor o ICMS partilhado devido ao estado da Bahia em função da EC n.º 87/15. Referente ao período de fevereiro, março, maio, junho, setembro, a dezembro de 2016.

Constata-se, que tempestivamente a Autuada apresentou impugnação ao lançamento através dos documentos constantes às fls. 17 e 18, quando alegou que:

*“Para as notas Fiscais listadas na planilha com indicação de operações sujeitas ao diferencial de alíquota, a empresa já cumpre os requisitos exigidos no Convênio ICMS 93/2015, aplicando sobre operações que destinem bens, a consumidor final não contribuinte do ICMS no Estado da Bahia, as alíquotas internas previstas para autopeças e veículos no cálculo do ICMS total devido na operação. Posteriormente, efetua o cálculo do imposto pela alíquota interestadual para o Estado de São Paulo (origem), e recolhimento previsto, conforme cálculo do diferencial para o Estado de origem e destino.”*

Apresentou os seguintes anexos:

1. Planilha demonstrativa do cálculo feita pelo Notificante, fl. 19;
2. Contrato social da Impugnante, fls. 20 a 32;
3. Instrumento de procuração, fls. 33 a 36;
4. Documentos fiscais objeto da notificação, fls. 37 a 129;

Na informação fiscal às fls. 124. O Notificante concorda que de fato houve recolhimento do ICMS devido a título de partilha da diferença de alíquotas, contudo o recolhimento ocorreu a menos que o devido por ter a Impugnante deixado de incluir o IPI na base de cálculo.

Manteve a exigência integralmente.

É o relatório.

## VOTO

Preliminarmente verifico que o presente lançamento de crédito tributário está revestido das formalidades legais exigidas pelo RPAF/99, tendo sido a infração a multa e suas respectivas bases legais, evidenciadas de acordo com a infração imputada e demonstrativos detalhados do débito, com indicação clara do nome, do endereço e da qualificação fiscal do sujeito passivo.

A defesa alegou que em relação às notas fiscais listadas na planilha dos Autuantes com indicação de operações sujeitas ao diferencial de alíquota, a empresa cumpriu os requisitos exigidos no Convênio ICMS 93/2015, aplicando sobre operações que destinem bens, a consumidor final não contribuinte do ICMS no Estado da Bahia, as alíquotas internas previstas para autopeças e veículos no cálculo do ICMS total devido na operação. E que posteriormente, efetuou o cálculo do imposto pela alíquota interestadual para o Estado de São Paulo (origem), e recolhimento previsto, conforme cálculo do diferencial para o Estado de origem e destino.

Perquirindo a alegação defensiva de que realizou o cálculo e recolhimento do ICMS devido por diferença de alíquota, fiz uma comparação do cálculo realizado pelos Autuantes segundo a planilha demonstrativo constante do CD à fl. 05 e os dados constantes dos DANFES acostados pela defesa às fls. 37 a 120.

Deste modo, observei que dividindo-se os valores calculados a título de DIFAL pela alíquota resultante da diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota interna aplicada a cada mercadoria apura-se o valor da base de cálculo do ICMS discriminado no documento fiscal. Daí a conclusão de que a Impugnante ao fazer seu cálculo adotou a própria base de cálculo da operação normal interestadual para calcular o ICMS devido a título de DIFERENÇA DE ALÍQUOTA. Veja-se:

DATA	NF	DIFAL - CÁLCULO AUTUADA					DIFAL - CÁLCULO AUTUANTE			ICMS
		BC DIFAL	% DIF.	PART	BA	TOTAL	BC DIFAL	BA	TOTAL	DEVIDO
fev-16	817005	193.300,00	5	40	3.866,00	9.665,00	204.282,95	4.085,66	10.214,15	219,66
		fev-16								219,66
mar-16	818017	327.000,00	10	40	13.080,00	32.700,00	366.397,59	14.655,90	36.639,76	1.575,90
mar-16	819144	199.323,00	5	40	3.986,46	9.966,15	210.648,14	4.212,96	10.532,41	226,50
mar-16	821221	327.000,00	11	40	14.388,00	35.970,00	370.865,85	16.318,10	40.795,24	1.930,10
mar-16	826634	70,45	11	40	3,10	7,75	84,43	3,71	9,29	0,61
mar-16	826634	74,64	14	40	4,18	10,45	100,30	5,62	14,04	1,44
mar-16	826634	113,07	14	40	6,33	15,83	143,69	8,05	20,12	1,72
mar-16	826634	224,09	11	40	9,86	24,65	276,47	12,16	30,41	2,30
mar-16	826634	401,86	14	40	22,50	56,26	496,25	27,79	69,48	5,29
mar-16	826634	404,86	14	40	22,67	56,68	499,98	28,00	70,00	5,33
		mar-16								3.749,20
mai-16	839971	199.000,00	5	40	3.980,00	9.950,00	210.306,82	4.206,14	10.515,34	226,14
mai-16	842704	123.670,00	14	40	6.925,52	17.313,80	144.784,39	8.107,93	20.269,81	1.182,41
mai-16	847659	123.670,00	14	40	6.925,52	17.313,80	144.784,39	8.107,93	20.269,81	1.182,41
		mai-16								2.590,95
jun-16	854978	176.540,00	8	40	5.649,28	14.123,20	192.589,09	6.162,85	15.407,13	513,57
jun-16	860683	185.000,00	11	40	8.140,00	20.350,00	209.817,07	9.231,95	23.079,88	1.091,95
jun-16	860707	136.700,00	5	40	2.734,00	6.835,00	144.467,05	2.889,34	7.223,35	155,34
		jun-16								1.760,86
set-16	894986	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
set-16	894988	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
set-16	894993	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
set-16	894994	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
set-16	894997	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91

set-16	894999	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
set-16	895000	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
set-16	895002	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
set-16	895010	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
set-16	895011	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
set-16	895012	190.000,00	5	40	3.800,00	9.500,00	200.795,45	4.015,91	10.039,77	215,91
		set-16								2.375,00
out-16	905817	157.000,00	5	40	3.140,00	7.850,00	165.920,45	3.318,41	8.296,02	178,41
		out-16								178,41
nov-16	910993	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	910994	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	910995	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	910996	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	910997	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	910998	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	911000	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	911001	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	911002	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	911003	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	911004	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	911005	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	911006	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	911007	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	911008	187.500,00	5	40	3.750,00	9.375,00	198.153,41	3.963,07	9.907,67	213,07
nov-16	917212	119.300,00	5	40	2.386,00	5.965,00	126.078,41	2.521,57	6.303,92	135,57
nov-16	917213	119.300,00	5	40	2.386,00	5.965,00	126.078,41	2.521,57	6.303,92	135,57
nov-16	917225	156.000,00	5	40	3.120,00	7.800,00	164.863,64	3.297,27	8.243,18	177,27
		nov-16								3.644,43
dez-16	925802	214.000,00	5	40	4.280,00	10.700,00	226.159,09	4.523,18	11.307,95	243,18
dez-16	926104	214.000,00	5	40	4.280,00	10.700,00	226.159,09	4.523,18	11.307,95	243,18
		dez-16								486,36
		Total								15.004,87

Ocorre que considerando a determinação da Lei Complementar de que o ICMS compõe a sua própria base de cálculo – inciso I do §1º do art. 13 -, a legislação do ICMS do Estado da Bahia também exige que a base de cálculo do ICMS para fins do cálculo da Diferença de Alíquotas seja calculada embutindo a alíquota interna na base de cálculo, inciso I do §1º do art. 17 da Lei 7.014/96.

Que deve ser feito da seguinte forma:  $BC \text{ DA OPERAÇÃO INTERESTADUAL} \times (100 - ALÍQ. \text{ INTERESTADUAL}) / (1 - ALÍQ. \text{ INTERNA DO DESTINO})$ . Portanto, dessa divergência entre os cálculos da Autuada e do Autuante resultou a diferença de ICMS exigida no presente auto de Infração. Conforme demonstrado acima.

Destarte, voto pela PROCEDÊNCIA total da presente Notificação Fiscal

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº. **298624.0008/18-4**, lavrada contra a empresa **MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$15.004,87**, acrescido da multa, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de dezembro de 2020

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR  
JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR